



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
MJ - DEPARTAMENTO DE POLÍCIA FEDERAL
COORDENAÇÃO DE ADMINISTRAÇÃO

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 02/2014

PREGÃO ELETRÔNICO PARA REGISTRO DE PREÇOS Nº 07/2014

PROCESSO Nº 08058.003540/2013-14

VALIDADE: 12 (doze) MESES

Aos 13 dias do mês de maio de 2014, a União, por intermédio da COAD/DLOG/DPF, com sede no Setor de Autarquias Sul, Quadra 06, Lote 09/10, Asa Sul, Brasília-DF, inscrito no CNPJ sob o nº 00.394.494/0014-50, neste ato representado pelo servidor FERNANDO DURAN POCH, Delegado de Polícia Federal, Diretor de Administração e Logística Policial, Ordenador de Despesas nomeado pela Portaria n.º 3364/2013-DG/DPF, de 25 de março de 2013, publicada no Boletim de Serviço/DPF n.º 080, de 26 de abril de 2013, e em conformidade com as atribuições que lhe foram delegadas;

Nos termos da Lei nº 10.520, de 2002, da Lei nº 8.078, de 1990 - Código de Defesa do Consumidor; do Decreto nº 7.892, de 2013; do Decreto nº 3.555, de 2000; do Decreto nº 5.450, de 2005; do Decreto nº 3.722, de 2001; aplicando-se, subsidiariamente, a Lei nº 8.666, de 1993, e as demais normas legais correlatas;

Em face da classificação das propostas apresentadas no **Pregão Eletrônico para Registro de Preços nº 07/2014**, conforme resultado publicado no D.O.U. nº , Seção 3, p. , de 12/05/2014.

Resolve REGISTRAR OS PREÇOS da(s) empresa(s) indicada(s) e qualificada(s) nesta ATA , de acordo com a classificação por ela(s) alcançada(s) nas quantidades cotadas, para a eventual contratação dos itens a seguir elencados, conforme especificações do Termo de Referência, que passa a fazer parte integrante desta, tendo sido, os referidos preços, oferecidos pela empresa **LICITAVET COMERCIAL LTDA - EPP**, inscrita no CNPJ sob o nº 09.483.617/0001-80, com sede na Rua Clara Nunes, 161, Jd. Do Paço, Sorocaba/SP, CEP 18087-093, e-mail licitavet@uol.com.br, neste ato representada pelo Sr. Paulo Alexandre Mancuzo, portador da Cédula de Identidade nº 33071266-4 e CPF nº 273.283.668-00, cuja proposta foi classificada em primeiro lugar no certame.

1. DO OBJETO

1.1. O objeto desta Ata é o Registro de Preços de ração canina para o fornecimento de acordo com os contidos no Termo de Referência, para atender às necessidades do Canil Central do Departamento de Polícia Federal em Brasília-DF e dos Órgãos Participantes, de acordo com a demanda, conforme especificações e quantitativos estabelecidos no Termo de Referência, no Edital, nesta Ata e seus Anexos, para a SECAN/DIREN/CGPRE/DICOR/DPF, conforme estabelecidos abaixo:

ITEM 01 – Ração canina filhote até 15 meses

ITEM	ESPECIFICAÇÃO	UNIDADE	QUANTIDADE ANUAL ESTIMADA	VALOR UNITÁRIO R\$	VALOR TOTAL ANUAL R\$
01	Ração para cães filhotes com até 15 (quinze) meses de idade, de acordo com as especificações abaixo:	KG	300	8,00	2.400,00



**SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
MJ - DEPARTAMENTO DE POLÍCIA FEDERAL
COORDENAÇÃO DE ADMINISTRAÇÃO**

Níveis de garantia	Quantidade			
Proteína bruta (mín.)	27%			
Extrato etéreo (mín.)	13%			
Matéria mineral (máx.)	9.2%			
Matéria fibrosa (máx.)	6%			
Umidade (máx.)	12%			
Minerais	Quantidade			
Fósforo (mín.) (mg/kg)	6.800			
Cálcio (mín.) (mg/kg)	8.000			
Cálcio (máx.) (mg/kg)	14.400			
Sódio (mín.) (mg/kg)	2.000			
Potássio (mín.) (mg/kg)	4.800			
Outros nutrientes	Quantidade			
Metionina (mín.) (mg/kg)	5.000			
Lisina (mín.) (mg/kg)	10.000			

ITEM 02 – Ração canina para cães adultos

ITEM	ESPECIFICAÇÃO	UNIDADE	QUANTIDADE ANUAL ESTIMADA	VALOR UNITÁRIO R\$	VALOR TOTAL ANUAL R\$	
02	Ração para cães adultos com mais de 15 (quinze) meses de idade, de acordo com as especificações abaixo:	KG	10.000	8,70	87.000,00	
	Níveis de garantia					Quantidade
	Proteína bruta (mín.)					24%
	Extrato etéreo (mín.)					12%
	Matéria mineral (máx.)					7.5%
	Matéria fibrosa (máx.)					4.5%
	Umidade (máx.)					12%
	Minerais					Quantidade
	Fósforo (mín.) (mg/kg)					5.800
	Selênio (mín.) (mg)					0.1
	Cálcio (mín.) (mg/kg)					7.500
	Cálcio (máx.) (mg/kg)					16.000
	Sódio (mín.) (mg/kg)					2.000
	Potássio (mín.) (mg/kg)					4.800
	Outros nutrientes					Quantidade
Taurina (mín.) (mg/kg)	800					



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
MJ - DEPARTAMENTO DE POLÍCIA FEDERAL
COORDENAÇÃO DE ADMINISTRAÇÃO

ITEM 03 – Ração canina filhote até 15 meses

ITEM	ESPECIFICAÇÃO	UNIDADE	QUANTIDADE ANUAL ESTIMADA	VALOR UNITÁRIO R\$	VALOR TOTAL ANUAL R\$	
03	Ração para cães filhotes com até 15 (quinze) meses de idade, de acordo com as especificações abaixo:		KG	1.000	7,59	7.590,00
	Níveis de garantia	Quantidade				
	Proteína bruta (mín.)	27%				
	Extrato etéreo (mín.)	13%				
	Matéria mineral (máx.)	9.2%				
	Matéria fibrosa (máx.)	6%				
	Umidade (máx.)	12%				
	Minerais	Quantidade				
	Fósforo (mín.) (mg/kg)	6.800				
	Cálcio (mín.) (mg/kg)	8.000				
	Cálcio (máx.) (mg/kg)	14.400				
	Sódio (mín.) (mg/kg)	2.000				
	Potássio (mín.) (mg/kg)	4.800				
	Outros nutrientes	Quantidade				
	Metionina (mín.) (mg/kg)	5.000				
Lisina (mín.) (mg/kg)	10.000					

ITEM 04 – Ração canina para cães adultos

ITEM	ESPECIFICAÇÃO	UNIDADE	QUANTIDADE ANUAL ESTIMADA	VALOR UNITÁRIO R\$	VALOR TOTAL ANUAL R\$	
04	Ração para cães adultos com mais de 15 (quinze) meses de idade, de acordo com as especificações abaixo:		KG	3.500	7,68	26.880,00
	Níveis de garantia	Quantidade				
	Proteína bruta (mín.)	24%				
	Extrato etéreo (mín.)	12%				
	Matéria mineral (máx.)	7.5%				
	Matéria fibrosa (máx.)	4.5%				
	Umidade (máx.)	12%				



**SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
MJ - DEPARTAMENTO DE POLÍCIA FEDERAL
COORDENAÇÃO DE ADMINISTRAÇÃO**

	Minerais	Quantidade			
	Fósforo (mín.) (mg/kg)	5.800			
	Selênio (mín.) (mg)	0.1			
	Cálcio (mín.) (mg/kg)	7.500			
	Cálcio (máx.) (mg/kg)	16.000			
	Sódio (mín.) (mg/kg)	2.000			
	Potássio (mín.) (mg/kg)	4.800			
	Outros nutrientes	Quantidade			
	Taurina (mín.) (mg/kg)	800			

ITEM 05 – Ração canina para cães adultos

ITEM	ESPECIFICAÇÃO	UNIDADE	QUANTIDADE ANUAL ESTIMADA	VALOR UNITÁRIO R\$	VALOR TOTAL ANUAL R\$	
05	Ração para cães adultos com mais de 15 (quinze) meses de idade, de acordo com as especificações abaixo:	KG	900	7,15	6.435,00	
	Níveis de garantia					Quantidade
	Proteína bruta (mín.)					24%
	Extrato etéreo (mín.)					12%
	Matéria mineral (máx.)					7.5%
	Matéria fibrosa (máx.)					4.5%
	Umidade (máx.)					12%
	Minerais					Quantidade
	Fósforo (mín.) (mg/kg)					5.800
	Selênio (mín.) (mg)					0.1
	Cálcio (mín.) (mg/kg)					7.500
	Cálcio (máx.) (mg/kg)					16.000
	Sódio (mín.) (mg/kg)					2.000
	Potássio (mín.) (mg/kg)					4.800
	Outros nutrientes					Quantidade
	Taurina (mín.) (mg/kg)					800

ITEM 06 – Ração canina para cães adultos

ITEM	ESPECIFICAÇÃO	UNIDADE	QUANTIDADE ANUAL ESTIMADA	VALOR UNITÁRIO R\$	VALOR TOTAL ANUAL R\$
------	---------------	---------	---------------------------	--------------------	-----------------------



**SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
MJ - DEPARTAMENTO DE POLÍCIA FEDERAL
COORDENAÇÃO DE ADMINISTRAÇÃO**

06	Ração para cães adultos com mais de 15 (quinze) meses de idade, de acordo com as especificações abaixo:		KG	720	7,41	5.335,20
	Níveis de garantia	Quantidade				
	Proteína bruta (mín.)	24%				
	Extrato etéreo (mín.)	12%				
	Matéria mineral (máx.)	7.5%				
	Matéria fibrosa (máx.)	4.5%				
	Umidade (máx.)	12%				
	Minerais	Quantidade				
	Fósforo (mín.) (mg/kg)	5.800				
	Selênio (mín.) (mg)	0.1				
	Cálcio (mín.) (mg/kg)	7.500				
	Cálcio (máx.) (mg/kg)	16.000				
	Sódio (mín.) (mg/kg)	2.000				
	Potássio (mín.) (mg/kg)	4.800				
	Outros nutrientes	Quantidade				
	Taurina (mín.) (mg/kg)	800				

ITEM 07 – Ração canina para cães adultos

ITEM	ESPECIFICAÇÃO	UNIDADE	QUANTIDADE ANUAL ESTIMADA	VALOR UNITÁRIO R\$	VALOR TOTAL ANUAL R\$	
07	Ração para cães adultos com mais de 15 (quinze) meses de idade, de acordo com as especificações abaixo:		KG	480	8,70	4.176,00
	Níveis de garantia	Quantidade				
	Proteína bruta (mín.)	24%				
	Extrato etéreo (mín.)	12%				
	Matéria mineral (máx.)	7.5%				
	Matéria fibrosa (máx.)	4.5%				
	Umidade (máx.)	12%				
	Minerais	Quantidade				
	Fósforo (mín.) (mg/kg)	5.800				
	Selênio (mín.) (mg)	0.1				
	Cálcio (mín.) (mg/kg)	7.500				
	Cálcio (máx.) (mg/kg)	16.000				
	Sódio (mín.) (mg/kg)	2.000				



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
MJ - DEPARTAMENTO DE POLÍCIA FEDERAL
COORDENAÇÃO DE ADMINISTRAÇÃO

Potássio (mín.) (mg/kg)	4.800				
Outros nutrientes	Quantidade				
Taurina (mín.) (mg/kg)	800				

1.1.1. A descrição e a especificação detalhada do objeto e das tarefas que o compõem constam do Termo de Referência.

1.1.2. Para a perfeita execução do certame, a Contratada deverá disponibilizar os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios necessários, nas quantidades estimadas e qualidades estabelecidas no Termo de Referência e de acordo com os termos da proposta, promovendo, quando requerido, sua substituição.

1.2. A existência de preços registrados não obriga a Administração a firmar as contratações que deles poderão advir, facultando-se a realização de licitação específica para a contratação pretendida, sendo assegurada ao beneficiário do Registro a preferência de fornecimento em igualdade de condições.

2. DOS ÓRGÃOS PARTICIPANTES

2.1. O órgão gerenciador será a COAD/DLOG/DPF.

2.2. São participantes os seguintes órgãos, que manifestaram sua concordância com o objeto a ser licitado, mediante o procedimento da Intenção do Registro de Preços (IRP) nº 05/2014, UASG 200334, anexado a este Edital e que formalizaram estes atos, conforme os documentos aprovados pela autoridade competente, também anexados ao processo administrativo nas quantidades e condições especificadas no termo de referência:

ITEM	ÓRGÃO	CONTATO	ENDEREÇO
3 e 4	Depósito de Suprimentos do Ministério do Exército-DF – UASG 160072	Tel. 61 3415-7556 – email salc.dsup@gmail.com – Cb Raul	11° D SUP – 11° Depósito de Suprimento do Ministério do Exército, Av. Duque de Caxias S/Nº - Setor Militar Urbano Brasília-DF, CEP 70.630-000.
5	Superintendência Reg. De Polícia Federal – MG UASG 200350	Tel 31 3330-5329 – email Clayton.caf@dpf.gov.br – APF Clayton	SR/MG - Superintendência Regional de Polícia Federal em Minas Gerais, localizada na Rua Nascimento Gurgel, 30, Bairro Gutierrez, Belo horizonte/MG, CEP 30.430-340.
6	Superintendência Reg. De Polícia Federal – UASG 200354	Tel 67 3368-1188 – email levi.lms@dpf.gov.br – AADM Levi	SR/MS - Superintendência Regional de Polícia Federal em Mato Grosso do Sul, localizada na Rua Fernando Luiz Fernandes, 322, Vila Sobrinho, Campo Grande/MS, CEP 79.110-503.
7	Superintendência Reg. De Polícia Federal – UASG 200402	Tel 96 3213-7603 – email Moreira.emf@dpf.gov.br - Eugênio	SR/AP - Superintendência Regional de Polícia Federal no Amapá, localizada na Rodovia Norte Sul, S/Nº, no entrocamento com a BR 156, Bairro Infraero, Macapá/AP.



**SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
MJ - DEPARTAMENTO DE POLÍCIA FEDERAL
COORDENAÇÃO DE ADMINISTRAÇÃO**

2.3. São de competência do órgão participante:

- a) tomar conhecimento da ata de registro de preços, inclusive de eventuais alterações, para o correto cumprimento de suas disposições;
- b) aplicar, garantida a ampla defesa e o contraditório, as penalidades decorrentes do descumprimento do pactuado na ata de registro de preços ou do descumprimento das obrigações contratuais, em relação às suas próprias contratações, informando as ocorrências ao órgão gerenciador.

3. DA ADESÃO À ATA POR ÓRGÃOS NÃO PARTICIPANTES

3.1. A adesão à ata por órgãos não participantes seguirá o seguinte procedimento:

3.2. Poderá utilizar-se da Ata de Registro de Preços, ainda, qualquer órgão ou entidade da administração pública federal que não tenha participado do certame licitatório, mediante prévia consulta ao órgão gerenciador, desde que devidamente justificada a vantagem e respeitadas, no que couber, as condições e as regras estabelecidas no Decreto nº 7.892, de 2013, e na Lei nº 8.666, de 1993. A adesão à ata por órgão não participante somente será autorizada pelo órgão gerenciador após a primeira aquisição ou contratação por órgão que integre a ata, exceto quando, mediante justificativa anexada aos autos, não houver previsão no edital para aquisição ou contratação pelo órgão gerenciador.

3.2.1. Caberá ao fornecedor beneficiário da Ata de Registro de Preços, observadas as condições nela estabelecidas, optar pela aceitação ou não do fornecimento, decorrente da adesão, desde que este fornecimento não prejudique as obrigações presentes e futuras decorrentes da ata assumidas com o órgão gerenciador e órgãos participantes.

3.2.2. As aquisições ou contratações adicionais a que se refere este item não poderão exceder, por órgão ou entidade, a 100% (cem por cento) dos quantitativos dos itens do instrumento convocatório e registrados na ata de registro de preços para o órgão gerenciador e órgãos participantes.

3.2.3. As adesões à ata de registro de preços são limitadas, na totalidade, ao quádruplo do quantitativo de cada item registrado na ata de registro de preços para o órgão gerenciador e órgãos participantes, independentemente do número de órgãos não participantes que vierem a aderir à ata

3.2.4. Após a autorização do órgão gerenciador, caberá ao órgão não participante efetivar a aquisição ou contratação solicitada em até noventa dias, observando-se o prazo de vigência da ata.

3.2.5. Cabe ao órgão não participante realizar os atos relativos à cobrança do cumprimento por parte do fornecedor das obrigações contratualmente assumidas e a aplicação, observada a ampla defesa e o contraditório, de eventuais penalidades decorrentes do descumprimento das cláusulas contratuais relativas às suas próprias contratações, informando as ocorrências ao órgão gerenciado.

3.2.6. Faculta-se aos órgãos ou entidades municipais, distritais ou estaduais a adesão a esta ata de registro de preços.

3.2.7. Todo órgão, antes de contratar com o fornecedor registrado, deve assegurar-se de que a contratação atende aos seus interesses, sobretudo quanto aos valores praticados.



**SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
MJ - DEPARTAMENTO DE POLÍCIA FEDERAL
COORDENAÇÃO DE ADMINISTRAÇÃO**

4. DA VIGÊNCIA DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

4.1. A Ata de Registro de Preços terá vigência de 12 (**doze**) meses, a contar da data de sua assinatura, não podendo ultrapassar o prazo máximo de 12 (doze) meses, incluídas eventuais prorrogações, nos termos do que dispõe o inciso III do § 3º do artigo 15 da Lei nº 8.666/93.

5. DA ALTERAÇÃO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

5.1. A alteração da Ata de Registro de Preços e o cancelamento do registro do fornecedor obedecerão à disciplina do Decreto nº 7.892 de 2013.

5.2. É vedado efetuar acréscimos nos quantitativos fixados pela ata de registro de preços, inclusive o acréscimo de que trata o [§ 1º do art. 65 da Lei nº 8.666, de 1993](#).

5.3. O preço registrado poderá ser revisto em decorrência de eventual redução daqueles praticados no mercado, ou de fato que eleve o custo dos serviços ou bens registrados, cabendo ao órgão gerenciador da Ata promover as necessárias negociações junto aos fornecedores.

5.4. Quando o preço inicialmente registrado, por motivo superveniente, tornar-se superior ao preço praticado no mercado, o órgão gerenciador deverá:

5.4.1. Convocar o fornecedor visando à negociação para redução de preços e sua adequação ao praticado pelo mercado;

5.4.2. Frustrada a negociação, o fornecedor será liberado do compromisso assumido; e

5.4.3. Convocar os demais fornecedores visando igual oportunidade de negociação.

5.5. Quando o preço de mercado tornar-se superior aos preços registrados e o fornecedor, mediante requerimento devidamente comprovado, não puder cumprir o compromisso, o órgão gerenciador poderá:

5.5.1. Liberar o fornecedor do compromisso assumido, sem aplicação da penalidade, confirmando a veracidade dos motivos e comprovantes apresentados, e se a comunicação ocorrer antes do pedido de fornecimento; e

5.5.2. Convocar os demais fornecedores visando igual oportunidade de negociação.

5.6. Não havendo êxito nas negociações, o órgão gerenciador deverá proceder à revogação da Ata de Registro de Preços, adotando as medidas cabíveis para obtenção da contratação mais vantajosa.

5.7. Havendo qualquer alteração, o órgão gerenciador encaminhará cópia atualizada da Ata de Registro de Preços aos órgãos participantes, se houver.

6. DO CANCELAMENTO DO REGISTRO

6.1. O fornecedor terá o seu registro cancelado, por intermédio de processo administrativo específico, assegurado o contraditório e a ampla defesa, quando:

6.1.1. Não cumprir as condições da Ata de Registro de Preços;

6.1.2. Não retirar a respectiva nota de empenho ou instrumento equivalente, ou não assinar o contrato, no prazo estabelecido pela Administração, sem justificativa aceitável;



**SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
MJ - DEPARTAMENTO DE POLÍCIA FEDERAL
COORDENAÇÃO DE ADMINISTRAÇÃO**

- 6.1.3.** Não aceitar reduzir o preço registrado, na hipótese deste se tornar superior àqueles praticados no mercado;
 - 6.1.4.** Sofrer sanção prevista nos incisos III ou IV do art. 87 da Lei nº 8.666 de 1993 ou no artigo 7º da Lei nº 10.520, de 2002;
 - 6.1.5.** Não mantiver as condições de habilitação durante a vigência da Ata de Registro de Preços.
- 6.2.** Ocorrendo fato superveniente, decorrente de caso fortuito ou força maior que prejudique o seu cumprimento, devidamente comprovados e justificados, a Ata poderá ser cancelada:
- 6.2.1.** por razão de interesse público; ou
 - 6.2.2.** a pedido do fornecedor.
- 6.3.** Em qualquer das hipóteses acima, o órgão gerenciador comunicará o cancelamento do registro do fornecedor aos órgãos participantes, se houver.

7. DA CONTRATAÇÃO COM OS FORNECEDORES

- 7.1.1.** A contratação com o fornecedor registrado, de acordo com a necessidade do órgão, será formalizada por intermédio de Nota de Empenho, obedecidos os requisitos pertinentes do artigo 15, do Decreto nº 7.892, de 2013
 - 7.1.2.** As condições de fornecimento constam do Termo de Referência anexo ao Edital e da Ata de Registro de Preços, e poderão ser detalhadas, em cada contratação específica, no respectivo pedido de contratação.
- 7.2.** O órgão deverá assegurar-se de que o preço registrado na Ata permanece vantajoso, mediante realização de pesquisa de mercado prévia (artigo 9º, inciso XI, do Decreto nº 7.892, de 2013).
- 7.3.** O órgão convocará a fornecedora com preço registrado em ata para, a cada contratação, no prazo de 05 (cinco) dias úteis, retirada da Nota de Empenho, sob pena de decair do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas no Edital e na Ata de Registro de Preços.
- 7.3.1.** Alternativamente à convocação para comparecer perante o órgão ou entidade para a assinatura do Termo de Contrato ou aceite/retirada do instrumento equivalente, a Administração poderá encaminhá-lo para assinatura ou aceite, mediante correspondência postal com aviso de recebimento (AR) ou meio eletrônico, para que seja assinado/retirado no prazo de 3 (três) dias, a contar da data de seu recebimento.
 - 7.3.2.** Esse prazo poderá ser prorrogado, por igual período, por solicitação justificada do fornecedor e aceita pela Administração, desde que se respeite o prazo de validade da Ata.
- 7.4.** Antes da emissão do empenho, a Contratante realizará consulta on line ao SICAF, para identificar possível proibição de contratar com o Poder Público e verificar a manutenção das condições de habilitação, nos termos do artigo 3º, § 1º, da IN SLTI/MPOG nº 02, de 11/10/2010, bem como ao Cadastro Informativo de Créditos não Quitados - CADIN, cujos resultados serão anexados aos autos do processo.
- 7.5.** É vedada a subcontratação total ou parcial do objeto do contrato.
- 7.6.** É admissível a fusão, cisão ou incorporação da contratada com/em outra pessoa jurídica, desde que sejam observados pela nova pessoa jurídica todos os requisitos de habilitação exigidos na licitação original; sejam mantidas as demais cláusulas e condições do contrato; não haja prejuízo à execução do objeto pactuado e haja a anuência expressa da Administração à continuidade do contrato.
- 7.7.** A Contratada deverá manter durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação.
- 7.8.** Durante a vigência do contrato, a fiscalização será exercida por um representante da Contratante, ao qual competirá registrar em relatório todas as ocorrências e as deficiências verificadas e dirimir as dúvidas que surgirem no curso da prestação dos serviços, de tudo dando ciência à Administração.



**SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
MJ - DEPARTAMENTO DE POLÍCIA FEDERAL
COORDENAÇÃO DE ADMINISTRAÇÃO**

8. DA GARANTIA

8.1. A prestação de garantia segue o quanto estabelecido no edital.

9. DO REAJUSTE

9.1. Os preços registrados poderão ser revistos em decorrência de eventual redução dos preços praticados no mercado ou de fato que eleve o custo dos serviços ou bens registrados, cabendo ao órgão gerenciador promover as negociações junto aos fornecedores, observadas as disposições contidas na alínea "d" do inciso II do caput do art. 65 da Lei nº 8.666, de 1993.

10. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

10.1. Será anexada a esta Ata cópia do Termo de Referência, que estabelece as Obrigações da Contratante e Contratada, os critérios de Recebimento e Aceitação do Objeto, a disciplina do pagamento, do controle da execução do contrato e das infrações e sanções administrativas.

10.2. Integram esta Ata, independentemente de transcrição, o Edital, Anexos do Pregão Eletrônico e a proposta da empresa.

10.3. Nos casos omissos aplicar-se-ão as disposições constantes da Lei nº 10.520, de 2002, do Decreto nº 5.450, de 2005, do Decreto nº 3.555, de 2000, do Decreto nº 7.892, de 2013, da Lei nº 8.078, de 1990 - Código de Defesa do Consumidor, do Decreto nº 3.722, de 2001, da Lei Complementar nº 123, de 2006, e da Lei nº 8.666, de 1993, subsidiariamente.

10.4. O foro para dirimir questões relativas à presente Ata será o da Seção Judiciária de Brasília-DF - Justiça Federal, com exclusão de qualquer outro.

Brasília-DF, 13 de maio de 2014.

ORDENADOR DE DESPESA

REPRESENTANTE DA EMPRESA